

Onde se lê:

1. Os resultados preliminares da prova escrita, da prova didática e da prova de títulos serão publicados simultaneamente no dia 20 de maio de 2019, em edital específico, no sítio eletrônico <<http://www.ufac.br/editais/prograd/edital-prograd-ndeg-53-2018-concurso-publico-de-provas-e-titulos-para-o-cargo-efetivo-de-professor-da-carreira-de-magisterio-superior/>>.

Leia-se:

11.1 Os resultados preliminares da prova escrita, da prova didática e da prova de títulos serão publicados simultaneamente no dia 22 de maio de 2019, em edital específico, no sítio eletrônico <<http://www.ufac.br/editais/prograd/edital-prograd-ndeg-53-2018-concurso-publico-de-provas-e-titulos-para-o-cargo-efetivo-de-professor-da-carreira-de-magisterio-superior/>>.

2. Onde se lê:

11.3 O candidato poderá ter acesso, junto à Comissão Geral de Concurso, às notas individuais da prova escrita, às planilhas de avaliação da prova didática e à planilha de avaliação de títulos, no dia 21 de maio de 2019, das 8 às 12 horas e das 14 às 17 horas, conforme disciplinado no edital de resultado preliminar.

Leia-se:

11.3 O candidato poderá ter acesso, junto à Comissão Geral de Concurso, às notas individuais da prova escrita, às planilhas de avaliação da prova didática e à planilha de avaliação de títulos, no dia 23 de maio de 2019, das 8 às 12 horas e das 14 às 17 horas, conforme disciplinado no edital de resultado preliminar.

3. Onde se lê:

11.4 O candidato poderá interpor recurso à Assembleia de Centro, protocolizado à Comissão Geral de Concurso, da 0 hora do dia 22 às 23h59 do dia 23 de maio de 2019, relativo à nota de cada prova, conforme procedimentos a serem disciplinados no edital de resultado preliminar.

Leia-se:

11.4 O candidato poderá interpor recurso à Assembleia de Centro, protocolizado à Comissão Geral de Concurso, da 0 hora do dia 24 às 23h59 do dia 25 de maio de 2019, relativo à nota de cada prova, por meio de formulário eletrônico, conforme procedimentos a serem disciplinados no edital de resultado preliminar.

4. Permanecem inalterados os demais itens do Edital nº 53/2018 - PROGRAD.

JOSIMAR BATISTA FERREIRA
Reitor
Em exercício

EDNACELI ABREU DAMASCENO
Pró-Reitora de Graduação

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 31/2019 - UASG 154044

Número do Contrato: 19/2018.

Nº Processo: 23107012676201718.

PREGÃO SRP Nº 3/2018. Contratante: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO -ACRE. CNPJ Contratado: 18747445000103. Contratado: RAFAEL WICIUK - EIRELI - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 19/2018, por mais 12 (doze) meses a contar de 29.05.2019. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93. Vigência: 29/05/2019 a 29/05/2019. Data de Assinatura: 29/05/2019.

(SICON - 29/05/2019) 154044-15261-2019NE800111

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

EDITAL Nº 144, DE 29 DE MAIO DE 2019

A PRÓ-REITORA DE ENSINO da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no exercício de sua competência que lhe confere a Portaria nº 274-MR de 29/04/2017 e considerando o que dispõem a Lei nº 8.112/1990, de 11/12/1990, e alterações, a Lei nº 9.783, de 28/01/1999, a Lei nº 12.772, de 28/12/2012, Lei nº 12.863, de 24/09/2013, Lei nº 9.394, de 20/12/1996, bem como a MP 2.225-45, de 04/09/2001, os Decretos nº 94.664/1987, nº 6.944/2009 e nº 7.485/2011, de 23/07/1987, 21/08/2009 e 18/05/2011 respectivamente, das Portarias nº 243 do Ministério da Educação, de 03/03/2011 e nº 1.553 do Ministério da Educação, de 18/12/2017, e observando-se as normas dispostas nas Resoluções nº 120 - CONSUN, de 04/11/2009, nº 196 - CONSUN, de 02/06/2014 e nº 293-CONSUN, de 06/04/2018, em cumprimento à decisão liminar nos autos da Ação Civil Pública nº: 1000556-45.2018.4.01.3700 torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas para a realização de Concursos Públicos de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Magistério Superior, para Provimento de 03 (TRÊS) VAGAS para Cargos de Professor do Magistério Superior, nas classes ADJUNTO A e ASSISTENTE A, conforme o que se segue:

I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os Concursos Públicos de Provas e Títulos referidos no Preâmbulo deste Edital, doravante denominados apenas como Concursos, serão regidos pelas Resoluções nº 120 - CONSUN, de 04/11/2009, nº 196 - CONSUN, de 02/06/2014, nº 293-CONSUN, de 06/04/2018 e por este Edital e seus Anexos.

1.2. Para os Concursos serão aceitas pré-inscrições de candidatos Graduados, com pós-graduação stricto sensu-Doutorado e/ou pós-graduação stricto sensu-Mestrado, conforme consta no Anexo Único deste Edital, no período de 30 de maio de 2019 a 01 de julho de 2019.

1.3. O candidato aprovado, classificado e nomeado para uma das vagas objeto deste Edital, doravante denominado apenas como Professor exercerá a docência em qualquer um dos Câmpus da UFMA e, inicialmente, no Campus e na Unidade e Subunidade Acadêmica, conforme consta no Anexo Único deste Edital, em atividades a serem desenvolvidas nos turnos diurno e noturno, de acordo com as determinações e necessidades da Instituição, nos termos da legislação em vigor.

1.4. A atuação profissional do candidato aprovado e nomeado envolve as atividades de ensino, pesquisa e extensão e as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além daquelas previstas em legislação específica.

1.5. O cargo de professor do magistério superior é regulamentado pela Lei nº 12.772, de 28/12/2012 e Lei nº 12.863, de 24/09/2013.

1.6. Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério Superior aplicam-se os deveres e proibições elencados nos artigos, 116 e 117 da Lei nº 8.112/90.

1.7. O Professor submetido ao regime de trabalho de Dedicação Exclusiva fica obrigado a prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos, bem como impedido de exercer outra atividade remunerada pública ou privada.

1.8.A Subunidade Acadêmica em que o Professor ficará lotado definirá, de acordo com decisão do colegiado correspondente, seus turnos de atividade, que poderão ser alterados a qualquer momento, por necessidade de serviço e interesse da Administração.

1.9. Em consonância com o projeto pedagógico do curso ao qual a Subunidade Acadêmica oferece sustentação, a expectativa de atuação profissional do candidato aprovado não será restrita a disciplina específica, módulo ou mesmo à área de conhecimento objeto do concurso, devendo esse profissional se capacitar continuamente para o modelo integrado de curso, a fim de promover/facilitar o desenvolvimento do corpo discente nas diversas dimensões necessárias à aquisição de competências, atendendo aos objetivos do referido Projeto.

1.10.A Universidade Federal do Maranhão promoverá curso de capacitação (Programa de Recepção de Docentes), de participação obrigatória, nos termos da legislação vigente, de modo a complementar, ampliar e desenvolver o nível de conhecimento teórico-prático necessário ao futuro desempenho das atribuições relacionadas ao cargo.

1.11.O Curso de capacitação será realizado em local e data a serem divulgados posteriormente pelas Pró-Reitorias de Ensino e/ou Recursos Humanos.

1.12.As atividades de capacitação docente serão desenvolvidas de forma contínua nos anos subsequentes, integralizando a carga horária docente, conforme as necessidades e objetivos pedagógicos do curso no qual o docente exerça suas atividades.

1.13.Salvo nas hipóteses de erro material, de indispensável adequação à legislação ou por decisão judicial, não se alterarão as regras do presente Edital após o início do prazo das pré-inscrições no tocante aos requisitos do cargo, aos conteúdos programáticos, aos critérios de aferição das provas e de aprovação para as etapas subsequentes.

II. DAS VAGAS

2.1.São disponibilizadas 03 (TRÊS) vagas de professor do magistério superior, distribuídas por Campus, Unidades Acadêmicas e Subunidades Acadêmicas de lotação, área, cargo/classe, regime de trabalho e requisitos para investidura no cargo, conforme QUADRO DE VAGAS - Anexo Único deste Edital.

III. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1.Das vagas destinadas a cada cargo, 5% serão providas na forma do § 2º do art. 5º da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, e suas alterações.

3.2.Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse a 20% das vagas oferecidas, nos termos do § 2º do art. 5º da Lei nº 8.112/90 e do § 2º do art. 37 do Decreto nº 3.298/99.

3.3.Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência nos cargos/áreas com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco).

3.4.Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/99 e na Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça.

3.5.Para concorrer a uma das vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se Portador de Deficiência.

3.6O candidato que não declarar sua condição de pessoa com deficiência no ato da inscrição perderá o direito de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

3.7A pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 3.298/99, participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.8O Candidato classificado que se declarou Portador de Deficiência será convocado, após a nomeação, para:

a)Apresentar laudo médico original ou cópia autenticada, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau, ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b)Submeter-se à perícia médica promovida pela equipe médica de profissionais da UFMA, que comprovará a veracidade de sua Necessidade Especial, ou não, e será ainda avaliado durante o estágio probatório sobre a incompatibilidade entre as atribuições do cargo/área/especialidade/ramo e a deficiência apresentada, nos termos do art. 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

3.9O candidato Portador de Deficiência que não conseguir comprovar sua deficiência, sendo reprovado na perícia médica, terá sua portaria de nomeação tornada sem efeito, permanecendo classificado na listagem geral, caso obtenha a pontuação necessária.

3.10O candidato Portador de Deficiência que for reprovado ao final do estágio probatório, em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo/área/especialidade, será exonerado.

IV. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

4.1.Das vagas destinadas a cada cargo/especialidade, 20% serão providas na forma da Lei nº 12.990, de 09/06/2014.

4.2.Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 4.1 deste Edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 12.990/2014.

4.3.Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme disposto na Orientação Normativa nº 3, de 01/08/2016, nos cargos/especialidades com número de vagas igual ou superior a 3 (três).

4.4.Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos negros, preenchendo a autodeclaração de que é preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

4.5A autodeclaração terá validade somente para este concurso público.

4.6As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder por qualquer falsidade.

4.7Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimentos administrativos em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

4.8Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

4.9Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos negros.

4.10Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

4.11Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

4.12A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

V. DA REMUNERAÇÃO

5.1 A remuneração será nas classes e níveis iniciais da carreira, conforme tabela a seguir:



Denominação	Titulação	Regime de Trabalho	Vencimento Básico	Retribuição por Titulação	Remuneração Inicial
Adjunto A	Doutorado	Dedicação Exclusiva	R\$ 4.463,93	R\$ 5.136,99	R\$ 9.600,92
Assistente A	Mestrado	Dedicação Exclusiva	R\$ 4.463,93	R\$ 2.204,27	R\$ 6.668,20

VI.DAS INSCRIÇÕES

6.1 A inscrição do candidato no concurso implicará conhecimento e aceitação total e incondicional das disposições, normas e instruções constantes deste Edital e de quaisquer Editais e normas complementares que vierem a ser publicados com vistas aos Concursos Públicos, objetos deste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

6.2O candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos no Edital.

6.3A análise da compatibilidade das áreas correlatas elencadas no Anexo Único (Quadro de Vagas) deste Edital juntamente com a formação acadêmica do candidato somente será realizada no Julgamento de Títulos pela Comissão Examinadora e, posteriormente, conferida no ato da posse no cargo, conforme item XIII do presente Edital.

6.4É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a estes concursos publicados no Diário Oficial da União e/ou divulgados na Internet, através do site da UFMA (http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/concursos_docentes/).

6.5As pré-inscrições deverão ser efetuadas no período definido no subitem 1.2, das seguintes formas:

a)Presencial, junto à Divisão de Expediente, Protocolo e Arquivo (DEPA) da Universidade Federal do Maranhão, situada na Cidade Universitária Dom Delgado, Avenida dos Portugueses, 1966, Prédio Marechal Castelo Branco, CEP: 65.080-805, São Luís / MA, no horário das 08:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dias úteis, excluindo-se os sábados;

b)Por meio de correspondência especial, através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), na modalidade SEDEX, com aviso de recebimento, desde que postada até o último dia de pré-inscrição e devidamente encaminhada, sob a referência "Concurso Docente UFMA - EDITAL nº 144/2019-PROEN", para a Divisão de Expediente, Protocolo e Arquivo (DEPA), Universidade Federal do Maranhão, Cidade Universitária Dom Delgado, Avenida dos Portugueses, 1966, Prédio Marechal Castelo Branco, CEP: 65.080-805, São Luís / MA; ou

c)Por procuração, por meio de instrumento público ou particular, este com firma reconhecida do outorgante, com poderes específicos para atendimento das exigências deste Edital.

6.6O candidato que tiver sua inscrição realizada por procuração assumirá as consequências de eventuais erros de seu procurador quando do preenchimento do respectivo requerimento de inscrição.

6.7O candidato que efetuar a pré-inscrição por meio de SEDEX fica obrigado a comunicá-la, imediatamente, via e-mail deplac@ufma.br, enviando-a sob o título "Concurso Docente UFMA - EDITAL nº 144/2019-PROEN," área/subárea objeto do concurso, de modo que a organização do certame possa se preparar com agilidade e presteza devidas para processar corretamente a pré-inscrição.

6.8Para solicitar a pré-inscrição, o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

a) Requerimento dirigido à Subunidade Acadêmica promotora do Concurso, conforme modelo de Requerimento, disponível na página eletrônica da UFMA (<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/concursos.jsf>Concurso e Seletivo para Docentes 2019 Edital nº 144/2019-PROEN) e Documentos Relacionados);

b) Currículo Vitae no modelo Plataforma Lattes/CNPq (somente currículo);

c) Cadastro de Pessoa Física/CPF (dispensável se constar no Documento de Identidade);

d) Documento de identidade que possua fotografia e válido em todo o território nacional;

e) Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (comprovante de votação ou certidão de quitação eleitoral, emitida através do site <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral/>), à exceção dos candidatos estrangeiros;

f) Documento que ateste a quitação com o serviço militar, nos casos dos candidatos do sexo masculino nos casos previstos em lei, à exceção dos candidatos estrangeiros;

g) Diploma (s) de graduação acompanhado do Histórico Escolar correspondente; Caso o diploma tenha sido emitido por Instituição de Ensino Superior Estrangeira, deverá ser revalidado no país.

h) Comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União/GRU (Código de Recolhimento: 28883-7; Número de Referência: 021), referente à Taxa de Pré-inscrição no Concurso, disponível no site da UFMA (<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/concursos.jsf> Concurso e Seletivo para Docentes 2019 Edital nº 144/2019-PROEN) e Documentos Relacionados).

6.9 Os documentos listados no subitem 6.8, devem ser escaneados e apresentados em dispositivo de armazenamento (Pen-drive, HD, CD ou similares), digitalizados em formato pdf, em tons de cinza, com resolução mínima de 300 dpi, escala 1x1, contemplando o reconhecimento de caracteres de texto nas imagens (OCR) e compactação sem perdas (conforme prevê a Portaria GR nº 569 MR/2017) juntamente com os originais ou cópias autenticadas, para que o servidor desta Instituição, encarregado pelo recebimento das pré-inscrições, possa validar os documentos digitalizados.

6.10 O teor, autenticidade e a integridade dos documentos digitalizados são de inteira responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativamente por eventuais fraudes. (Portaria GR nº 569 MR)

6.11 O candidato aprovado na prova escrita, no momento do sorteio do tema da aula da prova didática (item 10.13), deverá entregar 1 (um) exemplar do Currículo Vitae, na forma impressa, encadernado, numerado e devidamente comprovado, com as cópias dos documentos comprobatórios do currículo, preferencialmente, na mesma sequência apresentada nos critérios de pontuação do julgamento de títulos, constante do Anexo II da Resolução nº 120/2009-CONSUN, por meio de protocolo efetuado junto à Comissão Examinadora, para fins de pontuação na prova de títulos, comprometendo-se o candidato pela veracidade das informações;

6.12 Os diplomas de graduação e/ou pós-graduação, arquivados ao exemplar do Currículo Vitae (subitem 6.11), emitidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados da respectiva tradução para a língua portuguesa, realizada por tradutor juramentado, na forma da lei.

6.13 No caso de dúvida quanto à autenticidade de alguma cópia apresentada no Currículo Vitae, o original dela ou cópia autenticada poderá ser exigido pela Comissão Examinadora do concurso.

6.14 O valor da Taxa de Pré-inscrição será de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) para a classe de Professor Adjunto A e de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) para a classe de Professor Assistente A.

6.15 As solicitações de pré-inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem 1.2 deste Edital não serão acatadas.

6.16 As inscrições efetuadas somente serão validadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

6.17 Não será aceita, em hipótese alguma, inscrição condicionada, intempestiva ou que não atenda aos requisitos deste Edital.

6.18 Em nenhuma hipótese, haverá devolução da quantia paga a título de inscrição, salvo em caso de cancelamento do concurso por conveniência da Administração ou motivo de força maior.

6.19 Se a taxa de inscrição for paga em cheque e houver devolução dele, a inscrição será automaticamente cancelada.

6.20 Serão disponibilizadas, no site da UFMA, http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/concursos_docentes/, cópias dos Programas dos Concursos, com os conteúdos programáticos das Provas Escrita e Didática, distribuídos em 10 (dez) tópicos, os quais abrangerão a área de conhecimento em que o candidato irá concorrer.

6.21 O julgamento das pré-inscrições será realizado pela subunidade acadêmica promotora do concurso, que designará uma Comissão de Avaliação composta de 3 (três) docentes efetivos para proceder à análise e emitir parecer sobre o deferimento ou não das pré-inscrições dos candidatos, conforme previsto na Resolução nº 120, de 04/11/2009, CONSUN, para fins de averiguar comprovação dos requisitos exigidos na inscrição (subitem 6.8) para o cargo, área e subárea de conhecimento de cada Concurso.

6.22 Será indeferida a pré-inscrição:

a) Cujo Requerimento esteja preenchido de forma incompleta, incorreta ou ilegível;

b) Paga com cheque devolvido por qualquer motivo;

c) Paga com agendamento eletrônico para data posterior ao período indicado no subitem 1.2;

d) Efetuada sem os documentos exigidos neste Edital; ou

e) Em desacordo com qualquer exigência deste Edital.

6.23 Ao candidato cuja pré-inscrição tenha sido indeferida é assegurado o direito a recurso, dirigido ao Conselho da Unidade Acadêmica correspondente, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da comprovação da entrega da carta de indeferimento ao candidato no endereço informado por ele e constante no requerimento de pré-inscrição.

6.24 O recurso deverá ser protocolado na Diretoria da Unidade Acadêmica onde o candidato esteja solicitando sua pré-inscrição.

6.25 Admitir-se-á a entrega de recurso por procuração, em instrumento público ou particular, este com firma reconhecida do outorgante, acompanhada de cópia autenticada das Cédulas de Identidade do candidato e de seu procurador.

6.26 O resultado do julgamento dos recursos será afixado na Secretaria da Unidade Acadêmica à qual esteja vinculada a subunidade acadêmica a que se destina o concurso.

6.27 A relação dos candidatos que tiveram suas pré-inscrições deferidas e convertidas em inscrições definitivas (homologadas) constituirá matéria de Edital Próprio, a ser divulgado no site da UFMA na Internet (http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/concursos_docentes/).

VII.DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1 Os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 02/10/2008, que regulamenta o art. 11 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 ou pela Lei 13.656, de 30 de abril de 2018, têm direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição do Concurso.

7.2 Para pleitear a isenção de taxa de inscrição, o candidato deverá atender às seguintes condições:

a) Pertencer a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional;

b) Ser doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

7.3 A isenção deverá ser solicitada, no período de até 15 (quinze) dias corridos antes da data de encerramento da inscrição, mediante requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição disponível no site http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/concursos_docentes/. No requerimento deverão ser indicados:

a) Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico, na hipótese especificada no subitem 7.2, alínea "a".

b) Atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, que comprove que o candidato efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação, em se tratando de doador de medula óssea, descrita no subitem 7.2, alínea "b".

7.4 O requerimento deverá ser dirigido à Pró-Reitoria de Ensino, protocolado na Divisão de Expediente, Protocolo e Arquivo - DEPA juntamente com os documentos exigidos nos itens 6.8 (exceto o disposto na alínea h) e 7.3 (alínea "a" e/ou "b") deste Edital, no endereço indicado, no período de 30/05 a 13/06/2019. Os documentos recebidos após esse prazo serão indeferidos.

7.5 Não serão aceitos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição via fax, via correio eletrônico ou fora do prazo estabelecido no cronograma.

7.6 Não serão aceitos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição que não atendam às condições para sua concessão, qualquer que seja o motivo.

7.7 Os pedidos de isenção serão analisados e julgados por Comissão instituída pela Pró-Reitoria de Ensino no período compreendido entre 14/06 a 21/06/2019, e os resultados serão divulgados no site da UFMA, http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/concursos_docentes/, na data provável de 24/06/2019.

7.8 A Pró-Reitoria de Ensino, na hipótese especificada no subitem 7.2 "a", consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

As informações prestadas durante a inscrição referentes à isenção de taxa serão de inteira responsabilidade do candidato, estando ele sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 06/09/1979, sendo também eliminado do Concurso Público e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

7.9 As informações prestadas durante a inscrição referentes à isenção de taxa serão de inteira responsabilidade do candidato, estando ele sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 06/09/1979.

7.10 Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com intuito de usufruir da isenção de que trata o art. 1º da Lei nº 13.656/2018 estará sujeito a:

a) cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

b) exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;

c) declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

7.11 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
 b) Fraudar e/ou falsificar documentação;
 c) Não observar a forma e o prazo estabelecidos no subitem 7.3 deste Edital.
 d) Comprovar renda familiar mensal superior a meio salário mínimo nacional, seja qual for o motivo alegado;
 e) Não anexar no formulário de inscrição o atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, que comprove que o candidato efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação.

7.12O requerimento de isenção de taxa de inscrição não implica formalização da inscrição no concurso, mesmo no caso de deferimento do pedido. O candidato beneficiado pela isenção da taxa de inscrição deverá cumprir as obrigações contidas neste Edital, inclusive aquela referente à formalização da inscrição no concurso na DEPA.

7.13 Quaisquer inconsistências cadastrais podem interferir no processo de inscrição. Caso o cadastro do candidato esteja com dados incorretos, ele deve primeiro realizar atualização cadastral, para depois solicitar a inscrição de pagamento.

7.14 Não será aceito pedido de reconsideração/recurso do indeferimento da inscrição.

7.15 O candidato cujo pedido de inscrição tiver sido indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição, obedecendo ao prazo determinado conforme o subitem 1.2.

VIII. DA REABERTURA

8.1 Ao término do prazo de pré-inscrição no concurso que trata este Edital, verificada a inexistência de candidatos em determinada área, a pré-inscrição será reaberta para classe imediatamente precedente, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, exceto para Auxiliar, caso em que deverá ser autorizada pela Reitora.

IX. DA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES EXAMINADORAS E DOS CALENDÁRIOS

9.1 Os concursos serão realizados na UFMA, em datas a serem divulgadas através do endereço eletrônico http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/concursos_docentes/, com previsão de realização no período de 12/08/2019 a 23/08/2019.

9.2 A composição da Comissão Examinadora, a relação dos candidatos com inscrição deferida, as datas, os horários, os locais e períodos de realização das atividades dos Concursos, conforme o subitem 9.1, constituirão matéria de Edital Próprio, a ser divulgado no site da UFMA (http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/concursos_docentes/).

9.3 A composição da Comissão Examinadora para o concurso obedecerá ao disposto no art. 14 da Resolução nº 120, de 04/11/2009, CONSUN.

9.4 É vedada a participação no Concurso, em qualquer fase, modalidade, órgão ou instância, de membros da Comissão Examinadora que sejam cônjuges, parentes consanguíneos, civis e/ou afins dos candidatos até o 3º (terceiro) grau inclusive, conforme preconiza a Lei nº 9.784/99 em seu art. 20: "Pode ser arguida a suspeição de servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau".

9.5 Poderá qualquer candidato inscrito no concurso solicitar impugnação, de um ou mais membros da Comissão Examinadora, mediante representação fundamentada e assinada por ele, devidamente acompanhada de provas, dentre elas a prévia indicação de testemunhas, junto ao Conselho da Unidade Acadêmica onde ocorrerá o concurso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital com a composição da Comissão Examinadora.

X. DO CONCURSO

10.1 As atividades dos Concursos serão realizadas nas Cidades onde as Subunidades Acadêmicas ficam localizadas ou, conforme conveniência da Instituição, tendo como referência o horário oficial local.

10.2 Os candidatos estarão sujeitos à legislação em vigor e às normas previstas na Resolução nº 120 - CONSUN, de 04/11/2009 e suas alterações, que dispõe sobre os procedimentos a serem considerados antes, durante e após a realização do certame, sobre as provas escrita, didática e sobre a avaliação de títulos, além de outras disposições relativas à realização dos Concursos.

10.3 Os Concursos de que trata o presente Edital constarão de, no mínimo, três provas, a serem realizadas de acordo com o disposto na Resolução nº 120, de 04/11/2009, CONSUN:

PROVA ESCRITA, de caráter teórico, eliminatório e classificatório; (1ª etapa do Concurso)

b) PROVA DIDÁTICA, de caráter prático-pedagógico, eliminatório e classificatório;

c) JULGAMENTO DE TÍTULOS, de caráter classificatório.

10.4 Cada uma das provas descritas no subitem 10.3, excetuando-se a de títulos, será avaliada com notas definidas em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

10.5 A realização das provas obedecerá à sequência: Prova escrita, Prova Didática e Prova de Títulos e só fará a prova subsequente o candidato aprovado na prova anterior, considerando-se imediatamente eliminado o candidato que obtiver média aritmética inferior a 7,0 (sete) em cada uma das provas, excetuando-se a prova de títulos, de caráter apenas classificatório.

10.6 A prova escrita terá igual teor para todos os candidatos e constará de dissertação sobre tema sorteado do programa elaborado pela subunidade acadêmica promotora do concurso, constituída com 10 (dez) tópicos, conforme preconiza o art. 11 da Resolução nº 120/2009 - CONSUN, de 04/11/2009.

10.7 O tema da prova escrita integrante do programa será sorteado no momento em que anteceder a sua realização pelo candidato escolhido por indicação de seus pares.

10.8 Após o sorteio do tema, o candidato disporá de tempo mínimo de 3 (três) e máximo de 4 (quatro) horas, a critério da Comissão Examinadora, para a realização da prova, período no qual o candidato não poderá consultar material bibliográfico ou anotações pessoais.

10.9 Os candidatos aprovados na prova escrita, primeira etapa do concurso, serão classificados até o limite máximo das vagas especificadas no Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, conforme exemplificado na tabela abaixo:

Quantidade de vagas previstas no edital por cargo	Número máximo de candidatos aprovados
1	5
2	9
3	14
(...)	(...)

10.10 Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados, na prova escrita, de que trata o Anexo II do Decreto nº 6.944/2009, ainda que tenham atingido nota mínima 7,0 (sete), estarão automaticamente reprovados no concurso.

10.11 Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados, que trata o subitem 10.10, será considerado reprovado nos termos do art. 16 do Decreto nº 6.944, de 21/08/2009.

10.12 A Prova Didática (oral), realizada em sessão pública, constará de aula expositiva ou de natureza teórico-prática, destinada a aferir o desempenho e o conhecimento didático do candidato, bem como seu domínio do conteúdo da disciplina.

10.13 O tema da aula da prova didática será sorteado 24 (vinte e quatro) horas antes de sua ocorrência e será comum a todos os candidatos, desde que o número destes não ultrapasse a 6 (seis).

10.14 Ultrapassado o limite definido no parágrafo anterior, serão constituídos tantos grupos de candidato quantos forem necessários e sorteado novo tema para cada novo grupo de candidatos constituído, excluídos os já sorteados.

10.15 No dia da instalação dos trabalhos para a prova didática, será realizada pela Comissão Examinadora, por meio de sorteio, a definição da ordem de apresentação dos candidatos.

10.16 Cada candidato deverá entregar aos membros da Comissão Examinadora o respectivo plano de aula antes do início desta.

10.17 O candidato que não entregar o plano de aula antes do início da prova didática, previsto no subitem 10.16, não será desclassificado por esse motivo, observadas, contudo, as disposições contidas nos parágrafos 8º e 11 do artigo 24 e no anexo IV da resolução nº 120/2009-CONSUN.

10.18 A prova didática, realizada em sessão pública, constará de uma aula com duração mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos e máxima de 55 (cinquenta e cinco) minutos e será gravada para fins recursal.

10.19 É vedada a gravação ou transmissão das provas didáticas pelo público presente na sessão por qualquer meio.

10.20 A prova de títulos ocorrerá em data posterior às provas discriminadas no subitem 10.3, e dela somente participarão os candidatos aprovados nessas provas, de acordo com o critério estabelecido no art. 22 da Resolução nº 120, de 4 de novembro de 2009, CONSUN.

10.21 A pontuação final de cada candidato na prova de títulos será atribuída coletivamente pela Comissão Examinadora, de acordo com os valores estipulados no Anexo II da Resolução nº 120, de 04/11/2009, CONSUN.

10.22 A descrição detalhada das avaliações pode ser obtida através da Resolução nº 120, de 04/11/2009, CONSUN, disponível no site http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/concursos_docentes/ e pensada a este Edital, não podendo o candidato alegar o seu desconhecimento.

10.23 O comparecimento do candidato às avaliações será registrado mediante lista de presença, devendo ser apresentado documento com foto que o identifique.

10.24 Qualquer tempo, a UFMA anulará a inscrição, as provas ou a nomeação e posse do candidato habilitado que, comprovadamente:

a) Fizer declaração falsa ou inexata de qualquer documento exigido por este Edital;

b) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação.

10.25 Da abertura dos trabalhos até o seu término, os documentos referentes a cada Concurso serão todos confiados à guarda da respectiva Comissão Examinadora.

XI. DA AVALIAÇÃO DAS PROVAS, RECURSO ENTRE AS FASES E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

11.1 Cada membro da Comissão Examinadora concederá pontuação individual a cada candidato nas provas descritas no subitem 10.3, excetuando-se a prova de títulos.

11.2 A média final de cada prova prevista no caput deste artigo será calculada pela média aritmética dos valores individuais emitidos pelos membros da Comissão Examinadora.

11.3 A pontuação obtida pelo candidato na prova de títulos será única e representará a avaliação final do seu Currículo Vitae, feita coletivamente pela Comissão Examinadora.

11.4 O candidato poderá interpor recurso após a divulgação dos resultados das provas que tratam o subitem 10.3.

11.5 O recurso interpõe-se por meio de requerimento dirigido à Comissão Examinadora, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, após sessão pública de divulgação dos resultados de cada prova que trata o subitem 10.3.

11.6 O requerimento, de que trata o subitem 11.5 deverá ser protocolado, na forma de processo, pelo Setor de Protocolo ou pela Secretaria da Unidade (Centro ou Campus), obedecido o horário de funcionamento (8 às 12 h e das 14 às 18 h), nas seguintes situações:

a) Na Divisão de Expediente, Protocolo e Arquivo (DEPA), para os concursos realizados no Campus de São Luís;

b) Na Secretaria da Unidade (Centro ou Campus), para os concursos realizados nos Campuses do Continente.

11.7 O recurso, de que trata o subitem 11.4 deverá ser interposto e assinado pelo próprio candidato ou por meio de seu procurador legalmente constituído, indicando o número do Edital e Área/Subárea do Concurso para o qual concorre, sendo devidamente fundamentado com a exposição clara dos motivos do pedido de reexame, razões, fatos e circunstâncias justificadoras da inconformidade.

11.8 Compete à Comissão Examinadora proceder à análise e decisão sobre o recurso, em até 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, a contar do encerramento do prazo para interposição de recursos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa comprovada da Comissão Examinadora.

11.9 A Comissão Examinadora deverá justificar o deferimento ou indeferimento do recurso de forma explícita, clara e congruente com a indicação dos fatos e dos fundamentos da decisão.

11.10 Os resultados da análise de eventuais recursos serão divulgados, primeiramente, em sessão pública e, posteriormente, via internet, através do site da UFMA, no ambiente de Concursos e Seletivos para Docentes (http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/concursos_docentes/).

11.11 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação dos resultados dos recursos de que trata o subitem 11.10.

11.12 Não serão aceitos recursos interpostos via postal, via fax, via correio eletrônico ou outro meio que não seja o especificado nos itens 11.5 e 11.6 deste Edital.

11.13 Não será aceito recurso apresentado fora do prazo ou de forma diferente da estipulada neste Edital.

11.14 O candidato que não atingir a pontuação mínima de aprovação em qualquer prova (etapa) do concurso e que tenha protocolado pedido de recurso no prazo estabelecido no subitem 11.5 ficará habilitado a participar da etapa de avaliação seguinte, de forma provisória, até a divulgação do resultado dos recursos.

11.15 Caso o recurso seja indeferido, a participação do candidato nas etapas seguintes será desconsiderada para todos os efeitos, ficando assim o candidato reprovado.

11.16 Contra o resultado de recurso divulgado pela Comissão Examinadora não caberá, em nenhuma hipótese, novo pedido de recurso.

11.17 Os registros encaminhados à Comissão Examinadora integrarão o processo de Resultado Provisório do Concurso.

11.18 O resultado final do Concurso será obtido mediante média aritmética simples resultante das médias das várias modalidades de provas realizadas, acrescidas da nota dos títulos.

11.19 Para ser aprovado no concurso, cada candidato deverá alcançar média igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, nas provas por modalidade exigida para o concurso.

11.20 Havendo mais de 01 (um) candidato aprovado, a Comissão Examinadora indicará a respectiva ordem de classificação em função das notas alcançadas pelos candidatos. Em caso de empate na classificação, a Comissão Examinadora efetuará o desempate, observados, pela ordem, os seguintes critérios:

a) Maior média na prova didática; maior média na prova escrita; maior média na prova prática, quando houver; maior número de indicações de notas iguais ou superiores a 7 (sete), entre as notas atribuídas pelos membros da Comissão Examinadora;



b) Maior nota obtida na prova de títulos; maior número de pontos obtidos com produção científica; maior número de pontos obtidos com experiência no Magistério Superior, para as classes de Titular, Adjunto, Assistente e Auxiliar, quando se tratar de Concurso para o Magistério Superior desta Universidade, e maior número de pontos obtidos com experiência no Magistério da Educação Básica Técnica e Tecnológica (ou de 1º e 2º Graus), quando se tratar de Concurso para o Colégio Universitário;

c) Maior número de pontos obtidos como tutor do Programa de Iniciação Científica - PIBIC;

d) Maior número de pontos obtidos como coordenador do Programa de Educação Tutorial - PET;

e) Maior número de pontos obtidos com o exercício de Monitoria;

f) A maior idade entre os candidatos.

11.21 Encerrado o Concurso, a Comissão Examinadora lavrará a Ata respectiva, contendo o registro de todos os acontecimentos, por ordem cronológica, desde o início dos trabalhos até o seu encerramento, a qual deverá ser assinada por todos os seus membros.

XII. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS E DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO

12.1 A decisão final da Comissão Examinadora deverá ser submetida à aprovação da respectiva subunidade acadêmica, que terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para deliberação.

12.2 O resultado, após aprovado pelo pleno da Assembléia Departamental ou Colegiado de Curso, será submetido ao Conselho da Unidade Acadêmica respectivo, o qual terá um período de até 3 (três) dias úteis para manifestar-se, facultados, nesse prazo, pedidos de informação ou de esclarecimento que julgar indispensáveis ao seu pronunciamento.

12.3 Em caso de rejeição do resultado da Comissão Examinadora, serão adotados os procedimentos descritos no art. 34 da Resolução nº 120/2009 - CONSUN, de 04/11/2009.

12.4 Homologado o Concurso pelo Conselho da Unidade Acadêmica respectiva, a Pró-Reitoria de Ensino publicará, no Diário Oficial da União (DOU), Edital com o respectivo resultado provisório.

12.5 Do resultado provisório do concurso, caberá recurso:

a) Em primeira instância, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da publicação do Edital no DOU (subitem 12.4), excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento (Leis 9.784/1999 e 13.105/2015).

b) Em segunda e última instância, ao Conselho Universitário, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação da decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, publicada no Diário Oficial da União, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento (Leis 9.784/1999 e 13.105/2015).

12.6 O recurso deverá ser protocolado na Divisão de Expediente, Protocolo e Arquivo (DEPA) da Universidade Federal do Maranhão, situada na Cidade Universitária Dom Delgado, Avenida dos Portugueses, 1966, Prédio Marechal Castelo Branco, CEP: 65.080-805, São Luís/MA.

12.7 Não havendo interposição de recurso contra o resultado provisório de que trata o art. 35 da Resolução 120, de 04/11/2009, CONSUN, ou julgados os recursos eventualmente interpostos com suporte no art. 36 da resolução supracitada, a Pró-Reitoria de Ensino publicará, através de Edital, o resultado definitivo do Concurso no Diário Oficial da União.

XIII. DA INVESTIDURA NO CARGO

13.1 Dos Requisitos Básicos para a Investidura nos Cargos.

13.1.1 O candidato deverá:

a) Ter sido aprovado e classificado no concurso público;

b) Apresentar o diploma de graduação e a titulação de pós-graduação exigida para o cargo e compatível com o perfil indicado no Anexo Único deste Edital, emitidos por instituição de ensino superior, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), ou por instituição de ensino superior estrangeira, devidamente revalidados e registrados no Brasil.

c) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou ainda, no caso de estrangeiro, estar em situação regular no país, por intermédio de visto permanente. No caso de ter nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição Federal;

d) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais (somente para brasileiros);

e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

f) Não acumular cargos, empregos e funções públicas, contrariando os dispositivos constitucionais;

g) Estar em gozo dos direitos políticos;

h) Não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade incompatível com a investidura em cargo público federal, prevista no art. 137, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90;

i) Não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades previstas no art. 117, IX e XI, da Lei nº 8.112/90, que incompatibilizam o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de cinco anos;

j) Não receber proventos de aposentadoria que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

13.2 Documentos necessários para a investidura no cargo:

a) Carteira de Identidade (02 cópias);

b) CPF (02 cópias);

c) Comprovante de quitação com o Serviço Militar, para brasileiros, do sexo masculino (01 cópia);

d) Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição (1º e 2º turnos) ou certidão de quitação eleitoral expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), para brasileiros (02 cópias);

e) Documento de Inscrição no PIS ou PASEP (1 cópia);

f) Certidão de Nascimento ou, se for o caso, Certidão de Casamento (01 cópia);

g) Comprovante de endereço (01 cópia);

h) Comprovante de Conta-Corrente (01 cópia);

i) Comprovante de Escolaridade Exigido para o exercício do cargo conforme exigência contida no Anexo Único deste Edital (02 cópias).

j) Registro no Órgão de Classe e comprovante de quitação, para os cargos com exigência em Edital (01 cópia);

k) Carteira de Trabalho e Previdência Social, folhas de identificação e contratos de trabalho (1 cópia);

l) Certidão de nascimento ou carteira de identidade e CPF dos dependentes (1 cópia);

m) Caso tenha outro cargo ou emprego, deverá apresentar declaração fornecida pelo órgão ou empresa, especificando o cargo e a jornada semanal de trabalho determinados no contrato de trabalho ou termo de posse, carga horária diária e o horário de exercício das atividades;

n) No caso de possuir outro cargo ou emprego público, cuja acumulação seja lícita, deverá apresentar, ainda, declaração do órgão consoante se recebe ou não auxílio-alimentação ou benefício semelhante;

o) Caso participe de comércio, na qualidade de acionista, cotista, comanditário, ou na qualidade de comerciante, apresentar o Contrato Social da empresa.

13.3 A posse nos cargos fica condicionada ao atendimento das condições constitucionais e legais, bem como à aprovação em inspeção médica a ser realizada pelo Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT/PRH/UFMA), momento em que deverão ser apresentados pelo candidato os exames e os documentos abaixo relacionados:

a) Exames laboratoriais: hemograma completo, grupo sanguíneo e fator RH, glicemia em jejum, lipidograma, VDRL, ácido úrico, creatinina, AST, ALT, EAS/Urina tipo I;

b) Laudo psiquiátrico de sanidade mental;

c) Videolaringoscopia;

d) Colpocitologia oncológica (para candidatas do sexo feminino).

e) Eletrocardiograma (para candidatos acima de 40 anos, de ambos os sexos);

f) Avaliação oftalmológica (para candidatos acima de 45 anos, de ambos os sexos);

g) Mamografia (para candidatas do sexo feminino acima de 50 anos);

h) PSA (para candidatos do sexo masculino acima de 50 anos);

13.4 Os exames citados no subitem 13.3 deverão ter sido realizados há, no máximo, 90 (noventa) dias da data de apresentação deles ao SESMT/PRH/UFMA.

13.5 O candidato nomeado que não tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação de sua nomeação no DOU, terá o ato de nomeação tornado sem efeito, observado o art. 13 da Lei nº 8.112/1990.

13.6 Havendo desistência de candidatos(as) convocados(as) para nomeação, facultar-se-á sua substituição por meio da convocação de novos candidatos com classificação imediatamente posterior, para as vagas previstas neste Edital, observado o prazo de validade do Concurso.

XIV. DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

14.1 O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, nos termos do art. 41, caput, da Constituição Federal, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, Leis nº 8.112, de 11/12/1990, e nº 12.772, de 28/12/2012, e ainda conforme as normas estabelecidas pela UFMA, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão avaliados.

XV. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 O prazo de validade do Concurso de que trata o presente Edital será de 01 (um) ano, contado a partir da data da publicação do Edital de Homologação do Resultado Final no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante manifestação de interesse da Subunidade Acadêmica, consultada a Pró-Reitoria de Ensino, dentro do prazo de validade do certame.

15.2 (A) Professor(a) ficará sujeito à obrigatoriedade de participar de curso de capacitação inicial com duração mínima de 60 horas e máxima de 120 horas, a ser promovido pela Instituição, em paralelo e sem prejuízo da prestação de suas atividades docentes.

15.3 Os candidatos aprovados no concurso público regido por este Edital poderão ser aproveitados por outros órgãos da administração pública federal, respeitados os interesses da UFMA.

15.4 É inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes aos Concursos no Diário Oficial da União e no sítio http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/concursos_docentes/. O candidato poderá obter informações adicionais através do e-mail: deplac@ufma.br ou pelos telefones (98) 3272-8734 / 8754.

15.5 O candidato, se classificado fora do limite de vagas, deverá manter atualizado o seu endereço junto à Pró-Reitoria de Ensino da Universidade Federal do Maranhão, situada no Campus Universitário Dom Delgado, Avenida dos Portugueses, 1966, Prédio do CEB Velho, CEP: 65.040-080, São Luís/MA.



15.6A comunicação de atualização de endereço deverá ser feita por meio de documento datado, assinado e contendo: nome completo do candidato; número do documento de identidade; número do CPF; número do Diário Oficial da União com a respectiva data de publicação, em que consta a sua classificação; a Subunidade Acadêmica que promoveu o Concurso para a vaga a qual concorreu; endereço completo; e telefone.

15.7São de inteira responsabilidade do candidato eventuais prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

15.8O presente Edital poderá ser cancelado ou alterado, em parte ou no todo, a qualquer tempo, desde que motivos supervenientes, legais ou relevantes assim o determinem, sem que isso venha a gerar direitos ou obrigações em relação aos interessados, excetuando-se a devolução da taxa de inscrição, conforme estabelecido no subitem 6.18.

15.9A documentação dos candidatos não classificados será destruída, transcorridos 60 (sessenta) dias da publicação do Edital de Homologação do Resultado Final deste Concurso; ou, no mesmo prazo, entregue aos interessados, desde que a requeiram e se disponham a recebê-la, pessoalmente ou por meio de procurador legalmente habilitado.

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE VAGAS POR UNIDADE ACADÊMICA, ÁREA DE CONHECIMENTO DOS CONCURSOS E EXIGÊNCIAS DE TITULAÇÃO.

1. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS

Subunidade Acadêmica	Área de Conhecimento	Classe	Nº de Vaga(s)	REQUISITO / TITULAÇÃO	Regime de Trabalho
Departamento de Biologia Telefone: (98) 3272-8542	Botânica / Sistemática Vegetal	Adjunto A	Ampla concorrência: 01	Graduação em Ciências Biológicas ou Biologia ou Ciências Naturais- Biologia e Doutorado em Biologia Vegetal ou Botânica ou Ecologia Vegetal ou Agronomia ou Biodiversidade.	Dedicação Exclusiva
			Total: 01		

2. Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologia - CCHNST - Campus de Pinheiro

Subunidade Acadêmica	Área de Conhecimento	Classe	Nº de Vaga(s)	REQUISITO / TITULAÇÃO	Regime de Trabalho
Coordenação do Curso de Educação Física Telefone: (98) 3272-9742	Prática Pedagógica e Metodologia do Ensino na Educação Física	Assistente A	Ampla concorrência: 01	Graduação em Educação Física e Mestrado em Educação Física ou Educação.	Dedicação Exclusiva
			Total: 01		
Coordenação do Curso de Engenharia da Pesca Telefone: (98) 3272-9743	Recursos Pesqueiros	Adjunto A	Ampla concorrência: 01	Graduação em Engenharia de Pesca ou Oceanografia ou Ciências Aquáticas ou Engenharia Naval e Doutorado em Recursos Pesqueiros e Aquicultura ou Oceanografia ou Engenharia de Pesca.	Dedicação Exclusiva
			Total: 01		

DOURIVAN CAMARA SILVA DE JESUS

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2019 - UASG 154041

Nº Processo: 23115015353201931. Objeto: Filamento de composição 100% por PLA, com diâmetro 1,75mm e que seja compatível com a impressora MakerbotReplicatorMini+. Total de Itens Licitados: 00005. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Para atender as necessidades da Curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Maranhão Declaração de Dispensa em 29/05/2019. ENÉIDA DE MARIA RIBEIRO, Pró-reitora de Gestão e Finanças. Ratificação em 29/05/2019. MARCELLI MUNIZ, Diretora do Departamento de Material e Serviço. Valor Global: R\$ 2.180,00. CNPJ CONTRATADA: 19.324.150/0001-89 D3M INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

(SIDEC - 29/05/2019) 154041-15258-2019NE800632

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 10/2019

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 23115003305201908, publicada no D.O.U de 13/03/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de poltronas de auditório com instalação através de Sistema de Registro de Preços para atender as demandas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Novo Edital: 30/05/2019 das 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Av. Dos Portugueses, S/n - Campus do Bacanga (relat.siafi) SAO LUIS - MA Entrega das Propostas: a partir de 30/05/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/06/2019, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

VITOR DAVI BARROS DE SOUZA
Pregoeiro

(SIDEC - 29/05/2019) 154041-15258-2019NE800148

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio nº 10/PROEG/UFMT/2019. Partes: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT e Louis Dreyfus Company Brasil S.A. Objetivo: proporcionar aos acadêmicos (as) regularmente matriculados (as) nos Curso de Graduação da FUFMT, a oportunidade de realização de estágio curricular obrigatório e não obrigatório junto à CONCEDENTE. Assinatura: 28/05/2019. Vigência: 05 anos. Assinam: Lisiane Pereira de Jesus/Pró-Reitora de Graduação da UFMT e pela Louis Dreyfus, Rebeca de Carvalho Ruela/RH.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 9/2019

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso vem divulgar o resultado do certame licitatório nº. 09/2019, ocorrido no dia 05/04/2019, que teve como vencedoras as empresas: 16.684.742/0001-13, pelo valor total de R\$ 19.647,20; 26.489.691/0001-22, pelo valor total de R\$ 40.960,00. Valor global do certame: R\$ 60.607,20. Mais informações disponíveis no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

BRENO LACERDA ROCHA
Pregoeiro

(SIDEC - 29/05/2019) 154045-15262-2019NE800288

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

EDITAL Nº 216, DE 29 DE MAIO DE 2019 RESULTADO DE CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 163/2019

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os Decretos nº 94.664/87, nº 3.298/99, nº 6.944/09 e nº 7.485/11, e as Leis nº 12.772/12 e nº 8.112/90, divulga o resultado final do Concurso Público Edital nº 163/2019, de 30 de abril de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 83, seção 3, páginas 89 e 90, de 02 de maio de 2019, para o cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior/Classe A/Nível I:

Campus	Área de Conhecimento	Processo nº	Candidatos Homologados	Pontuação Final
Uruguiana	Bases da Cirurgia e Técnica Operatória	23100.004687/2019-48	Não houve candidatos homologados	-

MARCO ANTONIO FONTOURA HANSEN